

Cultura, Resistência e Diferenciação Social

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Cultura, Resistência e Diferenciação Social

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|--|
|---|--|

| | |
|------|--|
| C968 | Cultura, resistência e diferenciação social [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. |
|------|--|

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-203-6

DOI 10.22533/at.ed.036192803

1. Antropologia. 2. Identidade cultural. 3. Resistência cultural.
I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 306

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Cultura, Resistência e Diferenciação Social

Freud, em *O mal-estar da civilização*, obra renomada e publicada em inúmeras edições, defende que a civilização é sinônimo de cultura. Ou seja, não podemos desassociar a funcionalidade cultural em organizar um espaço, determinar discursos e produzirem efeitos.

Por vivermos em tempos em que só o fato de existir já é resistir, seria ingenuidade, tanto de assujeitamento, quanto social, acreditar que a cultura não vem produzindo a resistência, principalmente na diferenciação social. Entre estudiosos, um dos pontos mais questionáveis, entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, é sobre o papel do professor como agente cultural, no espaço escolar, mas não podemos legitimar que a escola, bem como o professor, sejam os principais influenciadores. Há, no social, trocas dialógicas, enunciativas e discursivas que configuram e constituem o sujeito em meio sua adequação individual, ou seja, o acultramento perpassa por “muitas mãos”, instituições, sujeitos, ideologias que atuam na formação estrutural.

De acordo com nossas filiações, determinamos culturas, determinamos não culturas, assim como afirma Bourdieu (1989), que responsabiliza essas legitimações aos próprios sujeitos que as vivem. Resistir seria, neste caso, transformar o mundo no qual estamos inseridos.

A escola precisa ser transformada, há muito tempo ela serve à legitimação da cultura dominante. É de fundamental relevância que a escola esteja cada vez mais próxima daqueles que são, de certa forma, o coração que a faz pulsar, da comunidade escolar que, ao garantir sua identidade cultural, cada vez mais se fortalece no exercício da cidadania democrática, promovendo a transformação da escola em uma escola mais humanizada e menos reprodutora, uma escola que garanta, valorize e proteja a sua autonomia, diálogo e participação coletiva. Assim, dentro dessa coletânea, buscou-se a contribuição do conceito de mediação como um possível conceito de diálogo para com as problemáticas anteriormente explicitadas.

O termo ensino e aprendizagem em que o conceito de mediação em Vigotsky (2009) dá início à discussão a uma discussão sobre mediação, que considera o meio cultural às relações entre os indivíduos como percurso do desenvolvimento humano, onde a reelaboração e reestruturação dos signos são transmitidos ao indivíduo pelo grupo cultural. As reflexões realizadas, a partir dos artigos propostos na coletânea, nos mostram que a validação do ensino da arte, dentro das escolas públicas, deve se fundamentar na busca incessante da provocação dos sentidos, na ampliação da visão de mundo e no desenvolvimento do senso crítico de percepção e de pertencimento a determinada história, que é legitimada culturalmente em um tempo/espaço.

A escola precisa fazer transparecer a possibilidade de relações sociais, despertar e por assim vir a intervir nestes processos. Se deve analisar de maneira mais crítica aquilo que é oferecido como repertório e vivência artística e cultural para os alunos, bem como se questionar como se media estas experiências, ampliar as relações com a arte e a cultura, ao contrapor-se ao exercício de associação exercido muitas vezes pela escola nas práticas de alienação dos sujeitos diante de sua realidade.

Todos, no espaço escolar, atuando de maneira mais contributiva como lugar propício para ressignificação, mediação, produção cultural e diálogos culturais, que articulados junto a uma política cultural democrática podem vir a construir novos discursos que ultrapassam os muros que restringem a escola a este espaço de dominação, legitimado pelo atual sistema. A escola, dentro desta perspectiva, passa a ser concebida como um espaço de dupla dimensão. Dentro desta concepção, os processos de mediação potencializam a práxis de um pensamento artístico e cultural. É, atuando atrelado ao cotidiano, em uma perspectiva de mediação, que parte destes pressupostos apresentados que a escola passa a adquirir um carácter de identidade, resistente à homogeneização cultural. A escola pode causar novas impressões, pode abrir seu espaço para novos diálogos e conversações.

É preciso, no entanto, despertar esta relação, desacomodar-se do que é imposto. Muitos são os fatores que teimam em desmotivar, no entanto, está longe desta ser a 90 solução para um sistema educacional que precisa de maneira urgente ser repensado. Ao acompanhar a ação nestas escolas, foi impressionante observar como a movimentação contagiava todos, até mesmo aos que observavam a movimentação e curiosos passavam pelo espaço, alunos de outras turmas apareciam para ajudar e tudo era visto com grande expectativa. Os alunos que participaram do processo aparentavam estar realmente coletivamente envolvidos, e isso pode ser observado nos depoimentos. O movimento observado na montagem, na realização da exposição e na ação educativa foi surpreendente e demonstra que a escola carrega realmente consigo algo muito precioso, que é pouco valorizado, o cotidiano real, o qual não está incluso em documentos, a parte viva da escola.

A presente ação demonstrou que a escola pode tomar rumos diferentes dos quais ela é designada pelo sistema. Aponta que um destes caminhos é apostar nos processos de mediação cultural que partam do cotidiano dos sujeitos que constituem este espaço. Assim, os processos de mediação cultural atrelados ao conceito de cotidiano não documentado atuam como exercício de partilha do sensível e colaboram na formação da práxis de um pensamento artístico e cultural. Esta concepção aqui analisada remete à tomada de uma nova postura frente ao ensino da arte e a concepção de espaço escolar assinala à construção de narrativas que possam contribuir para a construção de uma escola menos determinista e mais humanitária. Ao se realizar uma ação como esta proposta, o espaço escolar permite uma participação ativa e democrática entre seus autores, possibilitando a troca de vivências e experiências na comunidade escolar, promovendo um diálogo que potencializa a produção cultural dos alunos. A mediação dos trabalhos pelos alunos foi, segundo os depoimentos, algo muito rica e satisfatória para eles, os quais se mostraram maravilhados ao poderem partilhar de suas criações e apresentá-las à comunidade escolar.

Na ação educativa os alunos mediam o processo criativo e estes momentos de mediação, em absoluto, se configuraram como exercícios de partilha do sensível, que carregados de significados possibilitam a troca e o contato com o outro. Diante do que aqui se faz exposto, nada se tem a concluir como algo pronto e acabado, assim o que se faz é concluir uma etapa, que se transformará em múltiplas possibilidades de

novos fazeres, desta teia de retalhos cabe, por agora, apreciar a parte que foi tecida e refletir, para sem muito tardar, sair em busca de outros retalhos que possa quiçá, um dia, tornar-se uma trama densa da práxis educativa e artística.

No artigo *A comunidade dos Arturos: existir, resistir, sobrevir*, as autoras, Elenice Martins Barros Castro e Edilene Dias Matos buscam difundir-las, através de festas, ritos e outras manifestações. Nos momentos festivos, sua história é contada por cantos, danças, ritmos dos tambores e dos rituais, que transmitem um legado secular. No artigo **A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO EM ALCÂNTARA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS OCASIONADA A COMUNIDADE DE MARUDÁ**, a autora Francisca Thamires Lima de Sousa, busca identificar e analisar as principais implicações socioculturais ocasionadas aos quilombolas que residem na agrovila de Marudá desde a implantação do Centro de Lançamento e as principais transformações espaciais. No artigo **ANTI-COLONIZAR OS AFETOS DA BRANQUITUDE NO FEMINISMO BRASILEIRO**, a autora ÉLIDA LIMA pretende instigar brevemente a crítica de algumas formas pelas quais efeitos teóricos e afetos cotidianos da branquitude têm suscitado enfrentamentos e transformações no movimento de mulheres brasileiras nos últimos anos, em especial na experiência feminista interseccional. No artigo **AS IMPRESSÕES DOS ÍNDIOS XOKÓ E A POSIÇÃO DOS JURISTAS SOBRE A PEC 215 E A TESE DO MARCO TEMPORAL**, os autores Liliane da Silva Santos e Diogo Francisco Cruz Monteiro examinam documentos sobre os direitos garantidos aos índios na Constituição de 1988 e averiguar as posições dos juristas sobre a PEC 215 e a tese do marco temporal. Realizamos revisão de literatura, análises de legislações indigenistas, das decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as demarcações de terras indígenas. No artigo **BELÉM COMO METRÓPOLE CULTURAL E CRIATIVA DA AMAZÔNIA**: contribuições para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Belém, o autor Valcir Bispo Santos busca apresentar alguns elementos que possam contribuir para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Belém, maior cidade da Amazônia Oriental brasileira. A ideia básica é que a elaboração deste plano pode se sustentar em três (3) diretrizes fundamentais: Participação Social, Criatividade e Diversidade Cultural. No artigo **CORPO PRIVADO CORPO POLITICOS**, os autores Aurionelia Reis Baldez Joice de Oliveira Faria identificar como vem sendo pensada a salvaguarda das culturas populares através do corpo que dança, apontando limiares entre espetacularização nas rodas da cultura e a realidade vivida nas estruturas de poder capitalista. Guiaremos nossa cartografia poética tendo o samba de roda como principal fonte de observação para pensar corpos privados e corpos políticos. A partir das reflexões feitas por Stuart Hall (2013). No artigo **CULTURA E SUAS PERFORMANCES NA ANTROPOLOGIA, SEMIÓTICA DA CULTURA E ESTUDOS CULTURAIS**, os autores, Juliano Batista dos Santos, Jordan Antonio de Souza, José Serafim Bertoloto buscam realizar uma análise teórico-reflexiva sobre a forma como a Antropologia, a Semiótica da Cultura e os Estudos Culturais abordam, estudam e interpretam a cultura. O propósito, todavia, não está reduzido ao entendimento da identidade de cada uma dessas ciências. **DO ATO FÓBICO AO ATO MÁGICO PÓS-POLÍTICO: O NOVO MERCADO DISCURSIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA** os

autores João Luiz Pereira Domingues, Leandro de Paula Santos, Mariana de Oliveira Silva buscam diagnosticar variações narrativas que forjam novos parâmetros de legitimidade para o tratamento da cultura em nível federal em um processo que se organiza sob dois atos discursivos, nomeados ato fóbico e ato mágico pós-político. No artigo **DO EXCESSO DE IMAGENS AO ESVAZIAMENTO DA MENTE**, a autora Sophia Mílian Bagues dos Santos busca aproximar a teoria semiótica de Peirce da filosofia budista tibetana, partindo da compreensão da contemporaneidade como um fabuloso sistema de signos que nos aprisiona ao Samsara, conceito oriental que pode ser entendido, em última instância, como a civilização da imagem. No artigo **MODERNIDADE, DESENVOLVIMENTO E CULTURA VIVA COMO NOVA CONCEPÇÃO DE CULTURA POPULAR**, o autor Miguel Bonumá Brunet analisa três concepções sobre o conceito de cultura popular, visando a compreendê-las sob a perspectiva da sociologia compreensiva, buscando delinear tipos-ideais balizados nos sentidos intentados pelos atores sociais que praticam ações de produção, difusão e fruição cultural. No artigo **O CÔMICO, O JOCOSO E O DÚBIO NAS CANTORIAS DO PALHAÇO** a autora ALDA FÁTIMA DE SOUZA trata da associação dos diversos e atuais estudos sobre a emissão vocal, que nos permite direcionar nossa voz para a fala ou o canto, com a pesquisa de doutorado em andamento “Reprises Circenses: as bases fundantes e históricas evidentes nos circos brasileiros”. No artigo **O PENSAMENTO NÔMADE DO CINEMA MARGINAL BRASILEIRO**, os autores Amanda Souza Ávila Lobo Auterives Maciel Jr. Milene de Cássia Silveira Gusmão buscam pontuar como o cinema marginal traz um pensamento nômade de máquina de guerra, na medida em que se utiliza de signos que fogem ou que fazem fugir o império dos modelos maiores, entrando em relação com outros domínios moleculares de sensibilidade que transgridem ou propõem transvalorar os valores. No artigo **TRABALHANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO EM AULAS DE HISTÓRIA: SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**, os autores Liana Barcelos Porto e Adival José Reinert Junior buscam compreender como o patrimônio cultural e religioso vem sendo trabalhado nas escolas da sede da rede municipal da Cidade de Canguçu RS (Canguçu tem 33 escolas municipais, 6 localizadas na cidade e 27 no interior do município). **TRILHA DA VIDA COMO EXPERIÊNCIA SENSÍVEL E CULTURAL**, os autores Allan Hoffmann, Nadja de Carvalho Lamas, Euler Renato Westphal buscam discutir sobre o campo do Patrimônio, principalmente nas categorias de patrimônio cultural, aplicados em um experimento educacional e instalação de Arte&Ciência Trilha da Vida presente na paisagem cultural do bairro da Limeira em Camboriú/SC. No artigo **ÉTICA DO ENCONTRO A PARTIR DA PESQUISA AUDIOVISUAL: REFLEXÕES SOBRE O CURTA “FILOSOFIAS DO CORPO NO CARIRI”**, a autora Natacha Muriel López Gallucci, busca discutir e teorizar aspectos éticos da investigação audiovisual na fronteira entre o filme documentário e o denominado “ensaio fílmico” tomando como objeto de reflexão o processo de pesquisa empírica, registro imagético, edição e exibição do curta-metragem Filosofias do corpo no Cariri cearense (2018). No artigo **Cultura, Resistencia e Diferenciação Social**, os autores, Solange Aparecida de Souza Monteiro, Heitor Messias Reimão de Melo, Paulo Rennes Marçal Ribeiro,

buscam analisar na obra Freud, em O mal-estar da civilização, obra renomada e publicada em inúmeras edições, defende que a civilização é sinônimo de cultura. Ou seja, não podemos desassociar a funcionalidade cultural em organizar um espaço, determinar discursos e produzirem efeitos.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A COMUNIDADE DOS ARTUROS: EXISTIR, RESISTIR, SOBREVIVIR | |
| <i>Elenice Martins Barros Castro</i> | |
| <i>Edilene Dias Matos</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.0361928031 | |
| CAPÍTULO 2 | 12 |
| A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO EM ALCÂNTARA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS OCACIONADA A COMUNIDADE DE MARUDÁ | |
| <i>Francisca Thamires Lima de Sousa</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.0361928032 | |
| CAPÍTULO 3 | 26 |
| ANTI-COLONIZAR OS AFETOS DA BRANQUITUDE NO FEMINISMO BRASILEIRO | |
| <i>Élida Lima</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.0361928033 | |
| CAPÍTULO 4 | 34 |
| AS IMPRESSÕES DOS ÍNDIOS XOKÓ E A POSIÇÃO DOS JURISTAS SOBRE A PEC 215 E A TESE DO MARCO TEMPORAL | |
| <i>Liliane da Silva Santos</i> | |
| <i>Diogo Francisco Cruz Monteiro</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.0361928034 | |
| CAPÍTULO 5 | 48 |
| BELÉM COMO METRÓPOLE CULTURAL E CRIATIVA DA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELÉM | |
| <i>Valcir Bispo Santos</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.0361928035 | |
| CAPÍTULO 6 | 66 |
| CORPO PRIVADO CORPO POLITICOS | |
| <i>Aurionelia Reis Baldez</i> | |
| <i>Joice de Oliveira Faria</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.0361928036 | |
| CAPÍTULO 7 | 75 |
| CULTURA E SUAS PERFORMANCES NA ANTROPOLOGIA, SEMIÓTICA DA CULTURA E ESTUDOS CULTURAIS | |
| <i>Juliano Batista dos Santos</i> | |
| <i>Jordan Antonio de Souza</i> | |
| <i>José Serafim Bertoloto</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.0361928037 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 8 | 91 |
| DO ATO FÓBICO AO ATO MÁGICO PÓS-POLÍTICO: O NOVO MERCADO DISCURSIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA | |
| <i>João Luiz Pereira Domingues</i> | |
| <i>Leandro de Paula Santos</i> | |
| <i>Mariana de Oliveira Silva</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.0361928038 | |
| CAPÍTULO 9 | 106 |
| DO EXCESSO DE IMAGENS AO Esvaziamento da Mente | |
| <i>Sophia Mídan Bagues dos Santos</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.0361928039 | |
| CAPÍTULO 10 | 115 |
| MODERNIDADE, DESENVOLVIMENTO E CULTURA VIVA COMO NOVA CONCEPÇÃO DE CULTURA POPULAR | |
| <i>Miguel Bonumá Brunet</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.03619280310 | |
| CAPÍTULO 11 | 130 |
| O CÔMICO, O JOCOSO E O DÚBIO NAS CANTORIAS DO PALHAÇO | |
| <i>Alda Fátima de Souza</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.03619280311 | |
| CAPÍTULO 12 | 138 |
| O PENSAMENTO NÔMADE DO CINEMA MARGINAL BRASILEIRO | |
| <i>Amanda Souza Ávila Lobo</i> | |
| <i>Auterives Maciel Jr</i> | |
| <i>Milene de Cássia Silveira Gusmão</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.03619280312 | |
| CAPÍTULO 13 | 148 |
| TRABALHANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO EM AULAS DE HISTÓRIA: SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO | |
| <i>Liana Barcelos Porto</i> | |
| <i>Adival José Reinert Junior</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.03619280313 | |
| CAPÍTULO 14 | 155 |
| TRILHA DA VIDA COMO EXPERIÊNCIA SENSÍVEL E CULTURAL | |
| <i>Allan Hoffmann</i> | |
| <i>Nadja de Carvalho Lamas</i> | |
| <i>Euler Renato Westphal</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.03619280314 | |
| CAPÍTULO 15 | 166 |
| ÉTICA DO ENCONTRO A PARTIR DA PESQUISA AUDIOVISUAL: REFLEXÕES SOBRE O CURTA “FILOSOFIAS DO CORPO NO CARIRI” | |
| <i>Natacha Muriel López Gallucci</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.03619280315 | |

CAPÍTULO 16 183

UMA PROPOSTA DE LEITURA DISCURSIVA: RESISTÊNCIA E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Heitor Messias Reimão de Melo

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.03619280316

SOBRE A ORGANIZADORA..... 194

A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO EM ALCÂNTARA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS OCASIONADA A COMUNIDADE DE MARUDÁ

Francisca Thamires Lima de Sousa

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Ceuma (UniCEUMA). Mestranda em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).
E-mail: assts.tham@gmail.com.

RESUMO: O presente trabalho faz uma reflexão sobre a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e as principais consequências ocasionadas aos quilombolas que residiam no sítio de Marudá e tiveram que ser deslocados para as agrovilas. A finalidade deste estudo é identificar e analisar as principais implicações socioculturais ocasionadas aos quilombolas que residem na agrovila de Marudá desde a implantação do Centro de Lançamento e as principais transformações espaciais. Para análise do objeto de estudo em questão, adotamos como método o materialismo histórico dialético, seguido de uma abordagem qualitativa e de uma pesquisa empírica realizada na agrovila de Marudá. Como resultado dessa pesquisa, pode-se constatar que a implantação do Centro de Lançamento se configurou como uma disputa territorial entre o Estado Brasileiro e os quilombolas que residiam na área onde hoje o centro está instalado, esses povos foram retirados compulsoriamente de suas terras com o aval do poder público para viverem nas

agrovilas, o que comprometeu sua identidade cultural e econômica, e trouxe perdas, prejuízo e insegurança aos deslocados. Diante desta conjuntura, conclui-se que a implantação de um grande projeto econômico pode resultar em prosperidade para uns em detrimento de outros e acarretar revoltas e conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Centro de Lançamento. Remanejamento. Comunidade Quilombola. Implicações Socioculturais.

ABSTRACT: The present work reflects on the implantation of the Launching Center in Alcântara and the main consequences caused to the quilombolas residing in the area and had to be moved to the agrovilas. The purpose of this study is to identify and analyze the main sociocultural implications caused to the quilombola community of Marudá with the implementation of the Launch Center and the main spatial transformations. In order to analyze the object of study in question, we adopt as dialectical historical materialism, followed by a qualitative approach and an empirical research carried out in the Marvila agrovila. As a result of this research, it can be seen that the implementation of the Launch Center was configured as a territorial dispute between the Brazilian State and the quilombola community of Marudá, which was forced by the public authority to expropriate its territory of origin to live in the

agrovilas, which compromised their cultural and economic identity, and brought loss, damage and insecurity to the displaced. Given this situation, it is concluded that the implementation of a large economic project can result in prosperity for some to the detriment of others and lead to revolts and conflicts.

KEYWORDS: Launch Center. Rescheduling. Community Quilombola. Sociocultural Implications.

1 | INTRODUÇÃO

O Estado do Maranhão, tal qual a Amazônia, foi e continua sendo alvo de uma série de políticas de ordenação e uso do território as quais iniciaram-se ainda no regime colonial e que, no transcorrer do século XX principalmente nos Governos Militares, intensificaram-se na medida em que foram sendo definidas suas respectivas “vocações”, as quais buscaram articular a um projeto nacional de desenvolvimento e tornar a economia competitiva no mercado global (LOPES, 2012).

Nessa perspectiva, emergiu no início da década de 1980 um ambicioso projeto aeroespacial a ser implantado no município de Alcântara, Estado do Maranhão. Tal projeto daria origem a um Centro de Lançamento de foguetes, de alta tecnologia na região. Contudo, seria necessário a desapropriação de 3.500 famílias quilombolas tradicionais que residiam na área aproximadamente três séculos. A população exigia seus direitos e a desapropriação embora não tenha se dado de forma violenta, se concretizou com certa resistência e necessitou de decretos presidenciais (LOPES, 2012).

Diante deste cenário, surgiu o seguinte questionamento: Quais as implicações socioculturais causadas à comunidade quilombola de Marudá desde a implantação do CLA? Perante esta indagação podemos refletir sobre o papel do Estado diante da implantação de um grande projeto econômico e os impactos sociais e políticos que podem provocar a uma comunidade remanescente de quilombo. O objetivo do presente artigo é identificar e analisar as principais implicações socioculturais ocasionadas a comunidade quilombola de Marudá com a implantação do Centro de Lançamento e as principais transformações espaciais ocorridas desde então.

Deste modo, para alcançar tal objetivo utilizou-se como método de estudo o materialismo histórico dialético, seguido de uma abordagem qualitativa e de uma pesquisa empírica realizada na agrovila de Marudá. Durante o desenvolvimento da pesquisa fez-se uso de materiais bibliográficos, documentais, dados estatísticos, questionários semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, relatórios e mapas para análise descritiva do objeto em questão.

A escolha do tema surgiu a partir de algumas inquietações configuradas ao longo da trajetória profissional e acadêmica da autora, quando começou a trabalhar na Secretaria de Educação do Município de Alcântara, atuando na agrovila de Marudá

que fora construída para abrigar os quilombolas remanejados dos ¹sítios. Em vista disso, se iniciaram algumas reflexões sobre as implicações socioculturais ocasionadas aos remanejados e se elaborou um projeto de pesquisa para desenvolver na agrovila com o objetivo de ampliação dos conhecimentos sobre a realidade exposta.

Contudo, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) não é algo fácil e simples de ser estudado, embora existam várias pesquisas que abordem essa problemática sua complexidade dar margem a novos questionamentos. Destarte, não se pretende esgotar o assunto, mas sim instigar os leitores e acrescentar entendimentos.

2 | A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO EM ALCÂNTARA E O DESLOCAMENTO DAS COMUNIDADES

No Brasil, as atividades aeroespaciais iniciaram em 1960 com a construção do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), localizado em Parnamirim - RN; que se tornou o primeiro campo de Lançamento de Foguetes da América do Sul, seu objetivo consistia em produzir foguetes de sondagem para experimentos e pesquisas. Entretanto, o crescimento urbano em Natal/RN impossibilitou a expansão do CLBI, favorecendo a realização de estudos em busca de um local mais adequado para a construção de outro espaçoporto (FORÇA AÉREA BRASILEIRA - FAB, 2006).

Em suma, o município de Alcântara/MA, distante 90,5 km da capital maranhense, foi apontado como o local mais adequado para construção do novo Centro de Lançamento; desde então, passou a ser considerado e apresentado pelo governo João Batista Figueiredo como “o mais ambicioso projeto científico para um país em desenvolvimento e se desenvolveu como reflexo do Estado desenvolvimentista hegemônico das décadas de 1970 e 1980” (MEIRELLES, 1983, p. 26).

Alcântara possui segundo dados do censo do IBGE (Instituto de Geografia e Estatística, 2007), uma área de 1.483Km². A este município pertencem à ilha do Cajual, do Livramento e das Pacas. A sede do município fica a 4 metros de Altitude e limita-se ao Norte com o oceano atlântico, ao Oeste com os municípios de Bacurituba, Guimarães, Bequimão e Peri-Mirim, ao Sul com o município de Cajapió e São Luís.

A sede do município fica a 22 quilômetros da capital do estado, São Luís, sendo este trajeto realizado por pequenas embarcações rústicas e lancha, via *ferry boat* ou via terra sendo este último o percurso mais longo, em torno de 500 quilômetros.

A escolha do território de Alcântara foi assentada com base em quatro principais aspectos oficiais favoráveis: à localização geográfica privilegiada do município (pela proximidade à linha do equador) favorecendo lançamentos de foguetes com maior precisão e segurança, além de possibilitar maior velocidade ao veículo lançado, redução dos custos com combustível e gerando por sua vez uma economia de até

¹ O termo sítio aqui representa um conjunto de habitações onde várias pessoas residem na fazenda.

30% no lançamento; o clima pouco variável que garante lançamentos em condições favoráveis de segurança, e por último, a baixa densidade demográfica que garantiria um baixo custo no processo de desapropriação (FERNANDES, 1993 apud CHAIRY, 2000).

É necessário destacar ainda que os aspectos apontados acima, foram muito utilizados e difundidos pelo Estado na época, como argumento para implantação do CLA, pois esta era uma “das maneiras de os capitalistas reduzirem tempo e custo com transporte, fixando suas atividades num lugar onde se pudesse minimizar os custos com os meios de produção (inclusive matéria - prima), mão de obra e acesso ao mercado” (HARVEY, 2016).

Nesse sentido é importante ressaltar que no Brasil, e em especial no Estado do Maranhão, “a política de desenvolvimento adotada para Amazônia sempre esteve assentada em subsídios, em incentivos fiscais e em outros benefícios para os empreendedores dispostos a atuarem na região” (SIMONIAM e BAPTISTA, 2015, p. 281). Esse conjunto, o ambiente propício e a redução de impostos se tornou indispensável aos olhos dos grandes investidores ao escolher o município de Alcântara para implantar o CLA.

Dado o exposto, se aponta que em Alcântara existiam 194 comunidades quilombolas que residiam na área cerca de 300 anos antes da implantação do CLA, de acordo com dados da Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial (SEIR) em 2013 (SOUSA, 2014). Essas comunidades são definidas de acordo com o Decreto nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 como:

Grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

Percebe-se então, que “as terras ocupadas por remanescentes de quilombos garantem sua reprodução física, social, econômica e cultural” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS, 2008, p. 13), e com a implantação do CLA, as famílias que ali estavam estabelecidas, teriam que ser desapropriadas de seu território de origem e isso traria implicações de diferentes ordens: econômicas, sociais, culturais, políticas e raciais.

A desapropriação aqui é entendida, conforme Di Pietro (2007), como o processo administrativo por meio do qual o Poder Público mediante prévia declaração de necessidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por “justa” indenização tratado.

A respeito da desapropriação dos Quilombolas em Alcântara, muitos nunca receberam suas indenizações, outros estão requerendo via judicial. No entanto, o que se percebe, é que os maiores beneficiados com as indenizações são os setores

públicos e privados, e não as comunidades. Diante desse cenário fica notório que:

Há muito tempo os poderes e as práticas do Estado são direcionados para satisfazer as demandas das empresas e dos portadores de títulos, muitas vezes à custa dos cidadãos. (...) O resultado, em muitos aspectos, é que os Estados podem ir muito bem, enquanto a população vai muito mal (HARVEY, 2016, p. 149).

Logo, observa-se que a implantação desse projeto não se deu para fins de interesse social. A esse respeito Lopes (2012, p. 2) contribui ao relatar que:

Em 1980, quando o governo do Estado do Maranhão publicou o Decreto nº. 7.820 no qual desapropriou para fins de interesse social uma área de 52 mil hectares com vistas a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), posteriormente, em 1991, esta área foi aumentada, pelo presidente Fernando Collor em mais 10 mil hectares, perfazendo um total de 62 mil hectares pertencente, em tese, à União para fins de utilização do PNAE, ou seja, mais da metade da base territorial do município de Alcântara, que tem 114 mil hectares.

Nessa perspectiva, o CLA foi implantado em 1983, motivado por interesses comerciais estratégicos, políticos, logísticos e científicos com o intuito de transformar Alcântara em um centro lucrativo que pudesse gerar recurso financeiro para o Brasil renovar a economia e abrir novos mercados e acordos de comércio.

A ocupação do território étnico de Alcântara resulta de um acordo conduzido pelo Estado brasileiro e o Estado ucraniano sem qualquer cumprimento das determinações de caráter legal (incluindo a falta dos licenciamentos ambientais). Esse processo, incluindo os deslocamentos compulsórios (viabilizado pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space - ACS de caráter estatal), gerou um conjunto de tensões ao desarticular a estrutura do modo de vida dessas comunidades (BARBOSA, 2013, p. 126).

Desde então, o projeto aeroespacial brasileiro instalado em Alcântara tem se traduzido em sinônimo de conflitos agrários entre a população local e o Estado, isso porque transferiu compulsoriamente, nos anos de 1986 e 1987, trezentos e doze famílias de aproximadamente 23 povoados da região costeira do município, assentando-as e agrupando-as em sete agrovilas especialmente construídas e planejadas pelos militares para este fim. (LOPES, 2012, p. 3).

Atualmente as comunidades remanejadas de seu território estão reunidas nas agrovilas de Peru, Pepital, Ponta Seca, Cajueiro, Só Assim, Espera e Marudá e vem enfrentando vários problemas de ordem sociocultural, econômico, ambiental, entre outros.

Para viverem nas agrovilas, as comunidades remanejadas, teriam acesso a uma área ínfima de 15 a 16 hectares, considerando que o total da área desapropriada foi em torno de 62 mil hectares (LOPES, 2012).

Com a remoção das comunidades quilombolas da área desejada o Estado anunciou um novo tempo, de progresso e desenvolvimento para o Brasil.

O conceito de desenvolvimento aqui é concebido no campo da economia, e centra-

se na ideia da acumulação de riqueza e na expectativa que o futuro guarda em si a promessa de um maior bem-estar; já o desenvolvimento é visto como a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada à uma sociedade avançada (FURTADO, 1988).

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que na percepção do Estado Brasileiro os quilombolas remanejados viviam de forma arcaica e fazendo uso de recursos ultrapassados, seu deslocamento para as agrovilas, era visto como algo positivo para as famílias que iam ter acesso a novos meios de produção.

De acordo com a Força Aérea Brasileira (FAB, 2006) o Brasil teve vários ganhos com a operacionalização do CLA, dentre eles está a:

A redução e eliminação progressiva de dispêndio no exterior de elevados recursos financeiros empregados para os lançamentos nacionais; captação de recursos decorrentes da oferta de bens e serviços espaciais brasileiros; oferecimento de condições para a capacitação e pesquisa de aplicações aeroespaciais das instituições de ensino superior e da indústria nacional; geração de conhecimento essencial de novas tecnologias espaciais sensíveis; desenvolvimento de um polo industrial para dar suporte às atividades espaciais e consequente redução de custos de produção; incrementou à atividade e os benefícios sociais auferidos pela criação de novas oportunidades de trabalho e melhorou a qualificação da mão-de-obra; aumento o valor agregado e o poder aquisitivo dos produtos nacionais, resultantes do conhecimento gerado (FORÇA AÉREA BRASILEIRA - FAB, 2006).

A implantação do CLA também trouxe vantagens ao Município de Alcântara ao fomentar a criação de um polo tecnológico e instituições afins, que deu origem a várias iniciativas que proporcionaram a criação de novas oportunidades de trabalho e qualificação da mão de obra local (FORÇA AÉREA BRASILEIRA - FAB, 2006). Em contrapartida, os quilombolas deslocados relatam o oposto, com o remanejamento eles passaram a viver uma fase de instabilidade, insegurança e de negação de direitos ao qual tomaremos como referência o caso do sítio de Marudá que foi deslocado para uma agrovila.

3 | O DESLOCAMENTO DO SÍTIO DE MARUDÁ PARA A AGROVILA

Antes do deslocamento as famílias residiam no sítio de Marudá, este era composto por quinze comunidades: “São Raimundo, Ladeira, Genipaúba, Ponta Alta, Santo Antônio, Curuçá, Caninana, Marudá, Pirarema, Fé em Deus, Jabaquara, Bom Jardim, Águas Belas, Corre Prata e Santa Rosa” (Almeida, 2006, p. 85).

As famílias que residiam nessas áreas estavam próximas à praia, igarapés e rios, e tinham na pesca uma de suas principais atividades de geração de renda. A pesca era uma das principais fontes de alimento das famílias e era realizada frequentemente. É importante mencionar, que essa atividade não era exclusiva dos homens e envolvia as mulheres e os jovens.

Os pescadores desenvolviam várias pescarias como tarrafa, malhão, tapagem,

caçoeira, espinhel, costa (pescaria em alto mar). Além de retirar mariscos como, jurupéua, siri, caranguejo, sarnabí.

No sítio de Marudá, o acesso aos recursos naturais era coletivo, todos podiam colocar suas roças, coletar o babaçu, e pescar livremente além. À única exigência imposta era a de preservar o território.

No entanto, existiam algumas pessoas mais velhas que faziam uma espécie de controle da área. O extrativismo era de uso comum, onde todos tinham direito de usufruir, no entanto, a retirada do mesmo tinha todo um ritual onde só podia ser colhido quando o fruto estivesse pronto para ser consumido, então era feito uma reunião com as famílias e discutiam as possíveis formas de colheita. No caso do babaçu, as mulheres se juntavam e marcavam uma data para coletar e juntar os cocos, cada uma coletava para si, partindo daí começavam a troca de diárias para transportar e quebrar. Além do babaçu as famílias retiravam juçara, buriti. Também caçavam animais como porco caititu, veado, paca, cotia.

O trabalho realizado na agricultura era de forma individual, no entanto, os trabalhadores realizavam trocas de diária. A área destinada para o cultivo era coletiva, o trabalhador roçava em qualquer área que servia para o cultivo, os trabalhadores colocavam duas roças por ano, uma denominada por eles de roça de inverno e outra de verão, a primeira, era brocada no mês de outubro e o plantio em dezembro, nela se plantava arroz, mandioca, melancia, quiabo, maxixe. O segundo era brocado no mês de julho e o plantio começava em agosto. Nessa roça os trabalhadores apenas plantavam mandioca.

A economia no sítio de Marudá girava em torno da comercialização do peixe, mariscos, azeite de coco babaçu, carvão tanto da casca do coco babaçu como de madeira, juçara, buriti, madeira e quitandas. A comercialização era realizada em São Luís e também em Alcântara e para quitandeiro na própria comunidade.

As estradas que davam acesso ao sítio de Marudá eram inacessíveis a transportes de pequeno e grande porte como carros e carruagens. Isso ocorria por que as estradas eram construídas pelos próprios moradores do sítio em forma de caminhos. Por isso o acesso ao sítio na maioria das vezes se dava por meio de embarcações.

A educação no sítio era precária, existiam apenas três prédios de alvenaria (Peru, Canelatiua e Peptal). As demais funcionavam em casa dos professores ou em barracos de taipa coberto de palha de pindoba ou telha construído pelas comunidades para este fim. Em cinco povoados, os alunos eram atendidos da 1ª a 4ª série e nos oito restantes funcionavam da 1ª a 3ª série. Os professores de um modo geral possuíam somente o curso primário (1ª etapa do 1º grau) (Araújo, 1990, p 42).

Em 1986 os militares construíram a Agrovila de Marudá para abrigar cerca de 100 famílias que foram deslocados do sítio de Marudá em 1987, o que correspondia a cerca de 349 habitantes (BRAGA, 2011).

A agrovila recebeu esse nome por que no período das negociações entre os quilombolas e o CLA existia uma comunidade com o nome de Marudá, esta possuía o

maior comércio e o maior número de habitantes, além de uma escola que funcionava de 1ª a 4ª série.

A agrovila de Marudá está localizada ao norte do município de Alcântara, ficando a uma distância de aproximadamente 18 km da sede, o acesso é através de uma estrada de piçarra até a MA 106, seguindo deste ponto em diante a mesma é pavimentada. Já em relação a São Luís a mesma fica a uma distância de 40 km via marítima. A agrovila foi construída pelos militares e adaptada com “uma escola, ponto de ônibus, lavanderia comunitária, posto de saúde, telefone público, tribuna de festas e as casas para abrigar os quilombolas deslocados de suas terras de origem” (BRASIL, 2015)

Atualmente a agrovila possui três lavanderias cada uma com um poço artesiano próprio, duas casas de farinha equipada, um colégio de ensino fundamental, duas igrejas, um cemitério que pertence também à comunidade de Peru, um salão de festa, um posto médico que funciona dentro da escola, seis telefones públicos, energia elétrica, água encanada, campo de futebol, praça, campo de pastagem, comércio. É importante mencionar que a mesma fica próximo a rios e igarapés temporários e perenes, o que possibilita aos moradores manter algumas atividades relacionadas à pesca.

É necessário salientar que antes do deslocamento dos quilombolas do sítio para a agrovila, o CLA fez várias reuniões com estes, e prometeu pagar indenizações justas e fornecer por cestas básicas por seis meses. Período este correspondente ao qual os quilombolas iniciaram as colheitas das roças no novo território, o que não ocorreu na prática.

Em relação às ruas da agrovila, estas estão divididas em quatro, cujas quais têm o nome das comunidades dos antigos sítios, são eles: Rua São Raimundo, Rua Jardim, Rua Pirarema e Rua Jabaquara, como podem ver figura 1 a seguir.



Figura 1 Fotos das ruas da Agrovila de Marudá.

As quatro ruas da agrovila de Marudá são distribuídas da seguinte forma: duas ruas com vinte casas, uma com vinte e nove, e uma com trinta e uma casas, o que corresponde a um total de cem casas. Cada casa possui dois quartos, sala, cozinha e um banheiro rústico externo, além de um quintal com uma área de aproximadamente 30x50m.

No que concerne à educação, a agrovila conta com uma escola de alvenaria que funciona como polo da pré-escolar até o ensino fundamental, nela estudam alunos da própria comunidade e das comunidades vizinhas; os professores possuem o ensino superior e somam ao todo seis. Para transportar os estudantes a prefeitura disponibiliza um micro-ônibus. A partir da 5ª a 8ª série os alunos da agrovila precisam se deslocar para a comunidade de Peru e os que cursam o ensino médio para a sede de Alcântara.

Quanto ao aspecto religioso, na agrovila podem-se destacar os festejos de São Sebastião, padroeiro da comunidade, realizado entre os dias 18, 19 e 20 de janeiro e o festejo de Nossa Senhora do Carmo, realizado nos dias 14, 15 e 16 de julho.

Perante o exposto, cabe mencionar ainda, que a renda das famílias que residem na agrovila de Marudá advém da aposentadoria de seus membros idosos ou com deficiência, do Programa Bolsa Família², esta varia entre R\$ 40,00 e R\$ 120,00. Alguns chefes de família, esporadicamente, possuem rendas alternativas na venda de produtos como pescados, oriundos de atividade pesqueira em praias distantes de seu território, carvão feito com sobras de lenha de roça, seguido de atividades “temporárias” como pedreiro e carpinteiro (RIPPER, 2009, p. 46). Destaca-se ainda os contratos temporários com a Prefeitura Municipal de Alcântara e com o CLA, estes podem ser no âmbito administrativo ou com serviços gerais.

4 | IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS GERADAS PELO DESLOCAMENTO DO SÍTIO PARA A AGROVILA

As implicações socioculturais geradas através da implantação do CLA se manifestam através de vários aspectos, seja na economia, na educação, na cultura, na religião e no modo de vida e produção.

Primeiramente, cabe destacar que com o deslocamento compulsório dos quilombolas do sítio para a agrovila de Marudá, várias comunidades tiveram que ser reunidas em uma mesma agrovila, o que colaborou com o surgimento de conflitos internos inexistentes até então.

Outro ponto que merece menção e foi identificado durante a pesquisa de campo, se refere à descaracterização do termo sítio, que passou a ser chamado de agrovila esse termo segundo eles se refere a comunidades que trabalham e lidam predominantemente com atividades agrícolas. O que não condiz com a vida nos antigos sítios, pois nestes a agricultura não era prevaiente e sim a pesca, seguido da caça e do extrativismo que eram desenvolvidos concomitantemente. Por este motivo, alguns moradores quando questionados sobre onde residem, não se identificam como moradores da agrovila, e sim como morador do quilombo de Marudá.

² É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa. Para se candidatar ao programa, é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com seus dados atualizados. (BRASIL, 2015).

É necessário ressaltar ainda que, a agrovila está situada em uma área de propriedade da União e as famílias que ali residem não possuem a titulação das terras em seu nome. Este fato contribuiu com o crescimento do êxodo rural, pois impedia os moradores da agrovila impedidos de construir novas casas e por isso muitos jovens quando se casavam migram para outras comunidades próximas ou para a sede de Alcântara, quando não para São Luís – Ma. Segundo a fala de um quilombola que vive na agrovila:

“Quando a gente construiu a primeira casa e o CLA soube, vieram vários militares juntos para derrubar a casa. Mais a gente soube antes e reunimos todos os moradores e não deixamos. Já tiraram a gente da nossa terra agora querem impedir que a gente viva perto de nossa família” (A.G.M, 50 anos).

Diante do exposto, muitas famílias se revoltaram e exigiram uma reunião com o CLA em busca de uma solução. Como alternativa o CLA autorizou a construção de novas casas caso se comunicasse o fato com antecedência para poder pegar uma permissão. Após esse acordo os quilombolas passaram a construir novas casas e atualmente existem 10 casas a mais na agrovila.

Atualmente os quilombolas que vivem na agrovila tem dificuldade em se deslocar até os antigos sítios para realizar a pesca artesanal na área de praia, pois o território fica 18 km de distância da área e somente os quilombolas cadastrados que possuam identificação (crachá) podem ter acesso, por isso vários pescadores deixaram de praticar essa atividade e passaram a compra o peixe quando não sardinha enlatada nos pequenos comércios. A fala de um dos entrevistados demonstra bem isso

A gente tem que sair cinco horas da manhã para pescar e não podemos ir todo dia, às vezes a gente passa mês sem ir à praia pescar por causa dos lançamentos de foguetes, o CLA não deixa a gente entra e nós ficamos no prejuízo sem poder trabalhar e até sem ter o que comer. Antes a gente nem poderia ir por que eles proibiram a justiça determinou que a gente pudesse ir (N.J.D, 60 anos).

Essas limitações de mobilidade e acesso se apresentam como um problema no tocante aos antigos cemitérios que estão na área de abrangência da base, tendo em vista que os restos mortais das pessoas ali enterradas não foram transferidos para um novo cemitério, e logo foram sendo cobertos pela vegetação, como resultado da proibição da população visitá-lo livremente (MOURA, 2003).

Esse conjunto de iniciativas, decorrentes de planejamentos governamentais e/ou envolvendo a iniciativa privada, tem provocado profundos impactos socioambientais, alterando biomas e modos de vida de populações locais, através de reordenamento socioeconômico e espacial (BARBOSA, 2013).

Antes da transferência das famílias para as agrovilas, todas as famílias plantavam, pescavam e praticavam o extrativismo do babaçu, açaí, murici, buriti e outras frutas, como manga. Os lotes das agrovilas não têm o solo fértil e só algumas pessoas conseguiram áreas que não encharcam. Com isso, a produção agrícola

caiu muito. Hoje, as famílias, na sua maioria, têm que comprar até a farinha e cerca de 80% do peixe consumido na agrovila de Marudá vem do mercado de Alcântara (RIPPER, 2009, p. 46).

Além do solo da agrovila não ser favorável, ainda existem restrições quanto a criação extensiva de animais e o extrativismo do babaçu, já que na área destinada a agrovila as palmeiras são raras. Anteriormente as mulheres se deslocavam da agrovila para os sítios para coletar e quebra o babaçu, só que essa atividade exigia muito desgaste físico das mulheres que andavam cerca de quatro horas até chegar ao destino o que não compensa financeiramente.

Atualmente em Marudá não existe nenhum programa de desenvolvimento econômico. A comunidade vive na extrema pobreza e a fome é algo presente na vida dos moradores. (RIPPER, 2009, p. 46). Os índices de analfabetismo são elevados e saúde é precário.

Com o intuito de amenizar o problema de insegurança alimentar na agrovila, em 2017 o governo do Estado do Maranhão implantou como política de compensação uma cozinha comunitária, com o objetivo de servir 200 refeições diariamente aos moradores gratuitamente. Esse projeto se configura como um meio de maquiagem a realidade e silenciar os quilombolas que tenta lutar e resistir aos processos de transformação e desenvolvimento dos grandes projetos em seu território.

Recentemente os moradores da agrovila de Marudá vivência ameaçam de novos deslocamentos forçados, da desestruturação devido à ameaça de expansão do CLA que está retomando as negociações referentes à utilização da base pelos Estados Unidos da América (EUA). Essa expansão está presente no Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 4, de 2017, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann do PT/PR e do Senador Roberto Requião do PMDB/PR, que foi discutido em audiência pública no dia 29/06/2017, com representantes do:

Ministério da Defesa, dos Comandos Militares, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e da indústria aeroespacial, e prevê a renegociação do Acordo de Alcântara com os EUA, sob o prisma da Defesa Nacional e do desenvolvimento tecnológico brasileiro (BRASIL, 2017, p. 1).

Sabe-se, que se esse acordo for firmado, o CLA terá que expandir a área ocupada. Para que isso aconteça, serão necessárias mais terras, e as comunidades quilombolas que residem ao redor poderão ser removidos ou realocados novamente. Como se pode notar, o Estado mais uma vez vem trabalhando a favor dos interesses do capital em detrimento do direito à terra dos quilombolas presente no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, no qual dispõe que: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

5 | CONCLUSÃO

Diante do exposto, falar sobre a implantação do CLA é discutir sobre diversos interesses de ordem econômica, política e cultural que influenciam de forma positiva ou negativa durante a implantação de um grande projeto que prisma o dito desenvolvimento.

A implantação do CLA foi motivada por interesses nacionais e internacionais, tendo em vista promover o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como, o tão sonhado progresso para o país.

Desde sua implantação o CLA demonstrou seu poder ao assumir novos mercados, aqueceu a economia, abriu novos espaços de trabalho, financiou várias pesquisas que deram origem a novas tecnologias que hoje colocam o Brasil em evidência diante de outros países. Por outro lado, a agrovila de Marudá vem sofrendo com a negação de seus direitos fundamentais como alimentação, saúde e educação.

Atualmente as famílias remanejadas para a agrovila, que foi adaptado e destinado aos quilombolas que residiam nos sítios, tiveram seu modo de vida e produção drasticamente afetados, até hoje as famílias transferidas não tiveram acesso à titulação das terras onde vivem, não possuem documentação de suas residências e não receberam as indenizações acordadas.

Com isso, a única alternativa dos quilombolas consistia-se em se organizar para reivindicar seus direitos e resistir a toda e qualquer forma de opressão. Para eles lutar contra os interesses do Estado capitalista não é algo fácil, mas resistir é a única alternativa dessa comunidade que não deseja reviver o mesmo processo.

Nesse prisma, é notório que a implantação do CLA embora tenha concebido impactos positivos para o país, também desencadeou em Alcântara e em especial na agrovila de Marudá vários problemas de ordem sociocultural e econômico, o que nos leva à constata que não houve uma preocupação por parte do Estado em fazer um levantamento socioeconômico e cultural antes de transferir as famílias dos sítios para a agrovila. Isso demonstra o total descaso do poder público com a comunidade.

Em vista disso, a agrovila de Marudá vem travando uma luta constante na busca da garantia de seus direitos, principalmente no que concerne a posse de suas terras que foram usurpadas pelo Estado Brasileiro. Para os quilombolas, preservar seu território de origem é uma forma de manter sua identidade, que no presente momento vem sendo afetada pelo novo modo de vida imposto pelo Estado brasileiro em nome do capital nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Relatório de Viagem. Miemo, 2000.

ARAUJO, Mundinha. Breve memória das comunidades de Alcântara. São Luis. Sioge. 1990.

MEIRELLES, Sérgio. Alcântara na era espacial. São Luís: Cáritas Brasileira, 1983.

BRAGA, Yara Maria Rosendo de Oliveira. Território étnico: conflitos territoriais em Alcântara - Maranhão. 2011. 155f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, 2011.

BARBOSA, Zulene Muniz. O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. Disponível em: <file:///C:/Users/Franklyn%20Mourao/Desktop/Tham/ZULENE.pdf>. Acessado em: 23 jun. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Políticas sociais e chamada nutricional quilombola: estudos sobre condições de vida nas comunidades e situação nutricional das crianças. Brasília, DF, 2008. 142p. (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate).

_____. _____. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Manual de gestão do Programa Bolsa Família. Brasília, DF, 2015.

_____. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos no Brasil. Direitos Humanos no Brasil 2001. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Base de lançamento de foguetes de Alcântara ameaça território étnico. Brasília, DF, 2001.

_____. Senado Federal. Secretaria Geral da Mesa. Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 4, de 2017. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128353/pdf>. Acesso em: 23 nov. 2017.

CHOAIRY, Antônio Cesar Costa. Alcântara vai para o espaço: a dinâmica da implantação do centro de lançamento de Alcântara. São Luís. Editora UFMA/PROIN-CS, 2000.

CLÍMACO, Veríssima Dilma Nunes. Territórios e identidades nas comunidades remanescentes de quilombos da agrovila peru no município de Alcântara - MA. 2014. 128f. Dissertação (Ambiente e Desenvolvimento) - Centro Universitário Univates, Lajeado, 2014. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/791/1/2014VerissimaDilmaNunesClimaco.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. Centro de Lançamento da Barreira do Inferno. 2006. Disponível em: <http://freepages.military.rootsweb.ancestry.com/~otranto/fab/clbi.htm>. Acesso em: 13 ou. 2017.

Furtado, C. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: _____. BRINGEL, Breno M. (Org.). Movimentos sociais na era global. Petrópolis: Vozes, 2012.

HARVEY, David. Contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

LOPES, Danilo da Conceição Serejo. A base espacial e as comunidades quilombolas de Alcântara. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 64., 2012, São Luís. Anais..., São Luís, 2012.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1, tomo 1 (Os economistas).

MOURA, Flávio. Alcântara: cenário de contrastes sociais e luta pela sobrevivência. Observatório Quilombola. Relatório da missão da relatoria Nacional do Direito à moradia Adequada e à terra urbana: A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara. Maranhão. Brasil. 2003.

RIPPER, João Roberto. Populações tradicionais: quilombolas de Alcântara lutar por terra. Senac e Educação Ambiental, v. 18, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia//26252_20131127_124539.p df. Acesso em: 22 nov. 2017.

SOUSA, Ricardo Costa de. História da educação da população negra no município de Alcântara. 2014. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SIMONIAN, Ligia T. Lopes; BAPTISTA, Estér Roseli. Formação Socioambiental da Amazônia. Organizadora - Belém: NAEA, 2015.

SOUZA, Barbara Oliveira. Movimento quilombola: reflexões sobre seus aspectos político organizativos e identitários. 2017. Disponível em: <http://conaq.org.br/nossa-historia/>. Acessado em: 19 de jun. 2017.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-203-6



9 788572 472036